A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NOS DIAS DE HOJE

ANA PAULA CUNHA FAUSTINO

RESUMO
No ano de 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639/2003 que altera a LDB nº 9.394/96 e aponta a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira em todos os componentes curriculares e níveis de escolarização. A implementação desta Lei se faz importante para uma mudança social pautada numa educação inclusiva, com equidade, formando os sujeitos na sua integralidade. A educação antirracista é para todos os estudantes, educadores e funcionários, sejam eles brancos, negros, indígenas ou migrantes de diversas culturas. É necessário nas escolas um currículo que não seja apenas contra o racismo, e sim antirracista. A autora deste artigo, Ana Paula Cunha Faustino, professora de arte na secretaria de educação da cidade de São Paulo, graduada em Artes Plásticas e pós graduada em Metodologia do ensino das artes pela Universidade Braz Cubas. Endereço eletrônico: prof.anapcfaustino@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista; Racismo estrutural; Justiça social.

ABSTRACT
In 2003, Law No. 10,639/2003 was sanctioned, amending LDB No. 9,394/96 and making it mandatory to teach African and Afro-Brazilian history and culture in all curricular components and schooling levels. The implementation of this Law is important for social change based on inclusive education, with equity, training subjects in their entirety. Anti-racist education is for all students, educators and staff, whether they are white, black, indigenous or migrants from different cultures. It is necessary in schools to have a curriculum that is not just against racism, but anti-racist. The author of this article, Ana Paula Cunha Faustino, art teacher at the education department of the city of São Paulo, graduated in Fine Arts and postgraduate in Art Teaching Methodology from Universidade Braz Cubas. Email address: prof.anapcfaustino@gmail.com

KEYWORDS: Anti-racist education; Structural racism; Social justice.

INTRODUÇÃO

O racismo estrutural é um conceito que descreve desigualdades e discriminações raciais motivadas enraizadas nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Diferentemente do racismo individual, que pode ser entendido como atitudes preconceituosas ou discriminatórias de indivíduos, o racismo estrutural se refere a um conjunto de práticas, normas e instituições que perpetuam a desigualdade racial de maneira sistêmica. Ele está presente nas instituições educacionais, no mercado de trabalho, no sistema de justiça, na política e em muitas outras esferas da vida social, muitas vezes de forma invisível ou crônica, pois é silencioso e as pessoas, principalmente as brancas não se dão conta.

Uma das principais características do racismo estrutural é a reprodução de desigualdades de forma contínua e muitas vezes silenciosa, o que dificulta sua identificação e combate. Uma ideia central é que as sociedades contemporâneas, especialmente em contextos coloniais ou pós-coloniais, são construídas sobre uma base que exclui e marginaliza as pessoas negras, muitas vezes sem que isso seja questionado ou sequer reconhecido como um problema. Isso é evidente, por exemplo, nas disparidades de acesso aos direitos básicos, como saúde, educação e segurança, que tendem a afetar de maneira mais grave a população preta, pois estas vivem em sua grande maioria nas periferias mais afastadas com difícil acesso à educação, saúde, transporte e trabalho.

A compreensão do racismo estrutural exige uma análise que leve em consideração a história das relações raciais, especialmente o legado do colonialismo e da escravidão, e como essas instituições históricas ainda moldam as desigualdades atuais. A transformação dessas estruturas exige uma abordagem radical e transformadora, que vá além

de ações afirmativas ou medidas pontuais de inclusão, e busque uma reestruturação profunda dos currículos nas escolas e em comportamentos sociais, para de fato haver uma mudança de pensamento e não só de comportamento.

Portanto, o racismo estrutural é uma característica complexa e multifacetada, que precisa ser compreendida e combatida de forma sistêmica. Sua superação exigiu a desconstrução das bases históricas e sociais que o sustentam, e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos os seus membros, independentemente de seu coração ou etnia.

O racismo estrutural no Brasil é uma preocupação profundamente enraizada nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas do país, refletindo um legado histórico de escravidão, colonialismo e exclusão sistemática da população negra. Esse racismo não se manifesta apenas por meio de atitudes ou comportamentos preconceituosos dos indivíduos, mas está incorporado nas estruturas das instituições e nas normas sociais que perpetuam desigualdades raciais, resultando na discriminação e marginalização de negros e pardos.

A escravidão no Brasil, que durou mais de 300 anos, foi uma das principais fontes de reprodução das desigualdades raciais. O fim da escravidão, em 1888, da qual não houve inclusão social dos negros na sociedade, mas sim na sua exclusão sistemática das oportunidades econômicas, educacionais e políticas. A ideia de que a abolição da escravidão teria dado aos negros a liberdade plena para participar igualmente da sociedade foi uma falácia, pois o país não desenvolveu políticas públicas para a integração social da população negra. Esse processo deixou marcas profundas na formação das cidades, marginalizando os povos negros, afastando-os das oportunidades de estudo e trabalho, mantendo-os com renda, expectativa de vida e escolarização sempre mais baixa que as famílias brancas.

Uma temática para se levar em conta é a violência policial, pois é outro aspecto marcante do racismo estrutural no Brasil. A população negra é desproporcionalmente vítima de homicídios, especialmente em contextos urbanos de periferia, onde a presença do Estado se traduz principalmente em repressão. A militarização das forças de segurança e a normalização da violência policial contra jovens negros são exemplos de como o racismo estrutural se manifesta, muitas vezes com a conivência das instituições e da sociedade em geral.

Em termos políticos, a falta de representatividade da população negra também é um reflexo do racismo estrutural. A presença de negros nas esferas de poder e decisão, como o Congresso Nacional, ainda é reduzida, o que limita a promoção de políticas públicas mais inclusivas. Mesmo com avanços como as cotas raciais nas universidades e nos concursos públicos, o movimento negro continua a lutar pela implementação de políticas mais eficazes que combatem a desigualdade racial de maneira mais eficaz, para que possamos um dia todos terem as mesmas oportunidades.

O conceito de racismo estrutural no Brasil é, portanto, um elemento chave para entender como as desigualdades raciais estão imbricadas nas estruturas de poder e na organização da sociedade. A superação desse racismo exige um esforço coletivo que envolva a transformação das instituições, a desconstrução de preconceitos enraizados e a promoção de políticas públicas inclusivas, que considerem as especificidades da população negra e busquem reverter séculos de exclusão.

Assim, o racismo estrutural no Brasil não é um aspecto isolado, mas parte de um processo histórico contínuo, que exige não apenas a mudança das leis e políticas, mas também a transformação das atitudes e atitudes da sociedade em geral. A luta contra o racismo estrutural é, portanto, uma luta por uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite e valorize a diversidade racial e promova a equidade, para a construção de uma sociedade com justiça social.

O combate ao racismo estrutural nas escolas é uma questão fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente no contexto brasileiro, onde as desigualdades raciais são profundas e historicamente enraizadas. A escola, como espaço de formação de cidadãos e cidadãs,

exerce um papel central na reprodução ou no enfrentamento das estruturas de poder e das normas sociais, inclusive as relacionadas ao racismo. Assim, é fundamental que as instituições educacionais se tornem ambientes em que as questões raciais sejam abordadas de maneira crítica e transformadora, buscando não apenas a inclusão dos alunos negros, mas também a desconstrução dos preconceitos e das discriminações raciais.

Podemos combater o racismo estrutural de várias maneiras, uma delas seria com a formação de uma consciência crítica sobre as desigualdades raciais: Uma das razões principais para combater o racismo estrutural nas escolas é a necessidade de formar uma consciência crítica nos estudantes, especialmente nas futuras gerações, sobre as desigualdades raciais presentes na sociedade. O processo educativo pode ajudar os alunos a compreender a origem e os impactos do racismo, não apenas como um específico de atitudes individuais, mas como uma estrutura que atravessa todas as dimensões da vida social, desde o acesso à educação até as oportunidades de emprego, saúde e segurança. Ao abordar essas questões de maneira crítica e reflexiva, a escola pode contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e menos tolerante com a discriminação racial.

Pode-se também cultivar a promoção da equidade e do respeito à diversidade: Uma escola que combate o racismo estrutural tem o potencial de ser um espaço de equidade, onde todos os estudantes, independentemente de sua cor ou etnia, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Isso implica, por exemplo, em adotar práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a cultura e a identidade dos estudantes negros, ao invés de estimular estereótipos ou invisibilizar suas histórias. A implementação de conteúdos que tratam da história e da cultura africana e afro-brasileira, conforme estipulado pela Lei 10.639/03, é uma forma de garantir que os alunos negros se sintam representados e valorizados.

É importante combater e estimular a prevenção da violência e do bullying racial: O combate ao racismo estrutural nas escolas também é importante para prevenir a violência e o bullying racial, que são frequentes em ambientes educacionais. Estudantes negros, muitas vezes, enfrentam situações de discriminação, exclusão ou agressões físicas e verbais com base em sua cor ou etnia. Esses episódios não apenas afetaram o bem-estar emocional e psicológico dos alunos, mas também comprometeram seu desempenho acadêmico e sua autoestima. Ao educar sobre o respeito às diferenças e ao combate ao racismo, a escola contribui para a criação de um ambiente mais seguro e acolhedor para todos os estudantes.

A capacitação de educadores é outro aspecto crucial para o combate ao racismo estrutural nas escolas. Muitas vezes, o racismo nas instituições educacionais é reproduzido de forma inconsciente pelos próprios docentes, que, sem perceber, podem reforçar preconceitos ou adotar práticas pedagógicas que marginalizam os estudantes negros. Portanto, investir em formação sobre diversidade racial, desigualdades estruturais e metodologias antirracistas é essencial para que os professores possam agir de forma mais sensível e engajada no enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

O combate ao racismo estrutural nas escolas também tem um impacto direto nas oportunidades de vida dos estudantes negros. Uma educação antirracista contribui para o empoderamento dessa população, favorecendo seu desempenho acadêmico e ampliando suas possibilidades de acesso ao ensino superior, ao mercado de trabalho e a outras oportunidades. Ao promover a igualdade de condições e o respeito às identidades raciais, a escola pode ajudar a quebrar o ciclo de desigualdade que afeta os negros desde a infância, proporcionando a eles uma base sólida para o exercício da cidadania.

MÉTODO

Promover uma educação antirracista é um processo complexo e contínuo que exige a transformação de conteúdos das práticas pedagógicas, das relações interpessoais dentro da escola e da forma como as questões raciais são abordadas nos currículos. Essa prática deve ser vista como um compromisso com a justiça social, com a equidade e com a valorização da diversidade racial

e cultural. Aqui estão algumas estratégias fundamentais para implementar uma educação antirracista.

"O racismo impede a aprendizagem plena dos estudantes negros, criando barreiras não só psicológicas, mas também sociais e institucionais, que afetam seu desempenho e autoestima" (Nádia L. Figueiredo, 2016).

O conceito de currículo antirracista surge da necessidade de contestar o racismo estrutural presente nas práticas educacionais tradicionais, que muitas vezes marginalizam ou invisibilizam a cultura, a história e as contribuições dos povos negros e indígenas. Tradicionalmente, os currículos escolares, especialmente no contexto brasileiro, têm sido pautados por uma visão eurocêntrica da história, que subestima ou omite as experiências e as culturas africanas e afro-brasileiras. O currículo antirracista, portanto, visa reverter esse quadro, promovendo uma abordagem crítica das relações raciais e da história, incorporando as perspectivas e as vivências de grupos historicamente marginalizados.

O currículo antirracista não se limita apenas ao ensino da história da escravidão ou à representação estereotipada dos negros, mas busca uma abordagem mais ampla, que reconheça as diversas expressões culturais, as lutas por direitos e as contribuições intelectuais, artísticas e científicas da população negra. Ele se insere dentro de uma perspectiva de educação crítica, que desafia os alunos a refletirem sobre a construção social da raça e o impacto das estruturas raciais nas desigualdades sociais e econômicas.

Este currículo deve ser capaz de questionar e desconstruir estereótipos negativos frequentemente associados a situações negras, como os estereótipos de criminalidade, inferioridade ou subordinação. A ideia é que os conteúdos e práticas pedagógicas abordem de maneira crítica as representações racistas presentes na sociedade, promovendo uma reflexão profunda sobre as formas como o racismo se manifesta na cultura, na mídia, na política e nas relações sociais cotidianas.

Um currículo antirracista deve valorizar a diversidade cultural presente na sociedade, apoiando as contribuições das culturas africanas e afro-brasileiras para a formação da identidade nacional. Isso inclui não apenas o reconhecimento das influências culturais, mas também a valorização das expressões artísticas, musicais, literárias, religiosas e filosóficas dos povos negros. Portanto, é necessário criar uma educação que promova a igualdade de direitos e oportunidades para todos, independentemente da cor ou da etnia dos alunos. Isso implica a adoção de práticas pedagógicas que combatam a exclusão e a discriminação racial, e que garantam que todos os estudantes, especialmente os negros, tenham acesso a um ensino de qualidade, com reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade.

É importante que o currículo antirracista permita aos alunos uma reflexão crítica sobre as relações de poder que estruturam a sociedade, levando-os a compreender como o racismo se manifesta em diferentes esferas sociais, como o mercado de trabalho, o sistema de justiça, a mídia e a política. Através dessa análise, busca-se formar cidadãos conscientes das desigualdades raciais e engajados na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A implementação de um currículo antirracista eficaz exige um processo de transformação nas práticas pedagógicas, nos materiais didáticos e na formação dos educadores já que é um dos pilares para a efetivação de um currículo antirracista. Muitas vezes, os professores não podem ter uma formação específica para lidar com as questões raciais, o que pode resultar na reprodução de estereótipos e preconceitos de forma inconsciente. Investir em capacitação para os educadores, abordando temas como a história do racismo no Brasil, as questões de gênero, classe e raça, as manifestações culturais afro-brasileiras e as estratégias pedagógicas antirracistas é essencial para a construção de um currículo antirracista.

A revisão e a diversificação dos materiais didáticos são essenciais para garantir que as culturas e histórias negras sejam representadas de forma adequada e abrangente. Livros, vídeos, textos e outros recursos pedagógicos devem ser cuidadosamente selecionados para evitar a reprodução de estereótipos e promover a inclusão e o respeito

à diversidade. Além disso, a utilização de autores negros e afro-brasileiros no conteúdo literário e científico do currículo é uma forma de valorizar as contribuições dessa população para o desenvolvimento do conhecimento.

Este deve ser um esforço coletivo que envolva todos os espectadores da comunidade escolar, incluindo alunos, pais, professores e gestores. A promoção de um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade racial requer a colaboração entre os membros da escola para criar uma cultura de respeito, igualdade e inclusão. Atividades como rodas de conversa, debates, eventos culturais e projetos interdisciplinares podem ser maneiras eficazes de envolver a comunidade escolar na construção de uma cultura livre do racismo.

A melhoria do currículo antirracista deve ser acompanhada de avaliações contínuas que permitam medir seu impacto e identificar possíveis ajustes. Isso inclui a análise do desempenho dos estudantes, a observação das relações interpessoais dentro da escola, o acompanhamento do ambiente escolar e a revisão das práticas pedagógicas. A avaliação também deve considerar a participação ativa de estudantes negros e outros grupos marginalizados, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades e projetos que combatem o racismo na escola desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente educacional inclusivo, equitativo e capaz de promover o respeito à diversidade. O racismo, enquanto características estruturais e cotidianas, se manifesta de múltiplas formas dentro das instituições educacionais, como discriminação verbal, bullying racial, invisibilização das culturas negras e indígenas, entre outras práticas. Nesse contexto, é essencial que as escolas desenvolvam estratégias pedagógicas que desafiem essas práticas discriminatórias, proporcionando aos estudantes um espaço de aprendizagem inclusivo, que respeite e valorize as diferenças.

Podemos observar algumas atividades e projetos que podem ser implementados nas escolas com o objetivo de combater o racismo, promovendo uma educação antirracista e contribuindo para a construção de uma sociedade com equidade: “Rodas de conversa e debates sobre racismo e diversidade”. As rodas de conversa e debates são atividades pedagógicas poderosas para o combate ao racismo na escola. Elas oferecem aos estudantes um espaço seguro e acolhedor para discutirem questões relacionadas ao racismo, à discriminação racial, à identidade e à diversidade. Durante essas rodas, pode-se abordar temas como a história da escravidão, as influências da cultura africana e afro-brasileira, o impacto do racismo estrutural nas vidas das pessoas. Outra ideia seria: “Projetos interdisciplinares sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena”. Um projeto interdisciplinar que envolve a história e a cultura afro-brasileira e indígena é uma ferramenta importante no combate ao racismo nas escolas. A Lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, bem como a Lei 11.645/08, que inclui a história e cultura indígena, são marcos legais que visam corrigir a invisibilização dessas culturas nos currículos escolares. Esses projetos podem integrar diferentes áreas do conhecimento, como história, geografia, artes, literatura e ciências, e abordar as contribuições dos povos negros e indígenas para a formação do Brasil.

Esses projetos deverão incluir o estudo das raízes africanas e indígenas da cultura brasileira, abordando temas como religião, culinária, música, dança, mitologia e outras manifestações culturais que influenciam a identidade nacional. Ao reconhecer e valorizar essas culturas, o projeto contribui para a desmistificação de estereótipos e para o fortalecimento da autoestima dos alunos negros e indígenas, além de promover o respeito à diversidade.

A implementação de cotas e programas de incentivo à permanência de estudantes negros nas escolas, principalmente nas instituições de ensino superior, é uma medida afirmativa que pode ser adaptada também para o ensino básico. Esses programas podem incluir o oferecimento de bolsas de estudo, materiais didáticos, tutorias e atividades de apoio psicossocial para estudantes

negros, que muitas vezes enfrentam barreiras econômicas, culturais e sociais que dificultam sua permanência na escola.

Além disso, esses programas devem trabalhar a conscientização sobre a importância da educação como ferramenta de empoderamento e ascensão social, especialmente para os estudantes negros, que historicamente têm sido excluídos das oportunidades educacionais. A criação de grupos de apoio e espaços de acolhimento para esses alunos também é uma medida importante para combater a evasão escolar e promover a igualdade. É necessário também: "Campanhas de conscientização e sensibilização contra o racismo". As campanhas de conscientização e sensibilização contra o racismo podem ser trabalhadas em diferentes momentos do ano letivo e devem envolver toda a comunidade escolar. Essas campanhas podem incluir palestras, exibição de filmes, workshops, produção de cartazes e murais educativos, além de ações de mobilização em datas como o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) e o 13 de maio (Dia da Abolição da Escravatura). É necessário também que esse seja um assunto a ser estudado e discutido o ano todo, e não apenas nas datas comemorativas.

Essas atividades devem visar a desconstrução de estereótipos raciais, o reconhecimento da importância da luta antirracista e a promoção de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso. Além disso, é fundamental que a campanha envolve alunos, professores, funcionários e pais, criando uma rede de apoio e colaboração na luta contra o racismo estrutural, desigualdades raciais e exclusão do povo negro.

Um projeto importante também seria: "Leitura e análise de obras literárias de autores negros". A literatura é uma poderosa ferramenta de reflexão e crítica social, e o estudo de obras de autores negros pode contribuir significativamente para o combate ao racismo na escola. Autores como Machado de Assis, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, entre outros, oferecem uma rica produção literária que aborda questões raciais no Brasil. Os professores promovem rodas de leitura, divulgam em grupo e produções textuais baseadas nessas obras, incentivando os alunos a refletirem sobre a representação da população negra na literatura e a importância de se ter uma literatura que reflita as múltiplas identidades e realidades raciais do Brasil. Além disso, a leitura de autores negros é uma forma de valorizar a produção cultural da população negra e dar visibilidade à sua rica contribuição na literatura e artes do Brasil e do mundo.

É necessário promover: "Atividades culturais e artísticas de valorização das culturas afro-brasileiras". As atividades culturais e artísticas, como oficinas de música, dança, capoeira, culinária, arte e literatura afro-brasileira, são formas eficazes de promover o respeito à diversidade cultural e combater o racismo nas escolas. Essas atividades podem ser realizadas em parceria com artistas e grupos culturais negros, que podem compartilhar seus saberes e experiências com os alunos, promovendo uma maior compreensão e valorização das culturas afro-americanas.

Além disso, apresentações de dança, teatro e música, como o samba, o maracatu, o funk e o hip-hop, podem ser realizadas nas escolas para celebrar a riqueza da cultura negra e criar um ambiente de pertencimento para os alunos negros. A valorização dessas manifestações culturais também contribui para a construção de uma identidade nacional mais plural.

Por fim, a criação de espaços de escuta e apoio aos alunos negros é uma ação fundamental no combate ao racismo na escola. Esses espaços são compostos por grupos de apoio psicológico, rodas de conversa, grupos de acolhimento e espaços de protagonismo estudantil, onde os alunos podem compartilhar suas experiências, dificuldades e desafios relacionados ao racismo, ao mesmo tempo em que são apoiados na construção de estratégias de novas maneiras para combater o racismo estrutural e desenvolver um currículo mais rico e diversificado. Esses espaços devem ser também um canal de denúncia de situações de discriminação racial, garantindo que as escolas tenham um protocolo claro e eficiente para lidar com casos de racismo, seja dentro ou fora do ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate ao racismo estrutural nas escolas não é apenas uma necessidade ética, mas também uma condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao trabalhar na educação antirracista, a escola pode desempenhar um papel transformador na desconstrução das desigualdades raciais, na promoção do respeito à diversidade e na construção de uma cultura de paz e inclusão. Isso exige a participação ativa de educadores, gestores escolares, alunos e toda a comunidade escolar, que devem se engajar de maneira contínua na luta contra o racismo e promoção de um ambiente educacional verdadeiramente democrático.

As atividades e projetos que combatem o racismo nas escolas são essenciais para a construção de uma educação mais justa e inclusiva. Por meio de ações que envolvem o debate crítico, a valorização da diversidade cultural, a sensibilização de toda a comunidade escolar e o empoderamento dos alunos, as escolas podem se tornar espaços de resistência ao racismo e de promoção de uma sociedade mais igualitária. O sucesso dessas iniciativas depende de um compromisso coletivo e contínuo com a educação antirracista, que deve ser incorporado de forma transversal em todas as dimensões dos componentes curriculares.

A implementação de um currículo antirracista enfrentou diversos desafios, como a resistência de setores conservadores, a falta de recursos e a escassez de formação específica para educadores. No entanto, é fundamental que o processo de transformação da educação seja compreendido como um movimento contínuo, que exige compromisso e articulação entre diversas esferas da sociedade.

A criação de políticas públicas que incentivam a educação antirracista, a formação de professores e a revisão de materiais didáticos, bem como o apoio a movimentos sociais e organizações da sociedade civil, são fatores cruciais para o sucesso dessa proposta. É sabido que a arte se ensina e se aprende, portanto, o papel do professor de arte é de fundamental importância, pois este deve conhecer o real significado da Arte na educação, que tenha conhecimentos técnicos e não menos importante, que conheça a criança. O professor deve investigar, alimentar e aprofundar os impulsos criativos, e ampliar o repertório artístico e estético, incentivar a frequência em museus, galerias, a apreciação significativa da música e das artes visuais, explorar e conhecer diversas técnicas e materialidades.

Por fim, deve-se introduzir as artes de acordo com as necessidades, público e conhecimentos prévios dos educandos. Em resumo, o currículo antirracista nas escolas é uma ferramenta poderosa para a promoção de uma educação mais inclusiva, que valoriza a diversidade racial e combate às desigualdades estruturais que perpassam a sociedade. Para ser eficaz, deve ser implementada uma forma crítica e reflexiva, com o envolvimento de todos os atores da comunidade escolar, planejando a construção de uma educação que respeite as diferenças e contribua para a formação de cidadãos conscientes e compromissados com a justiça social.

REFERÊNCIAS

Educação Antirracista. Orientações pedagógicas: Povos Afro-brasileiros. Currículo da Cidade. Prefeitura da cidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Povos Indígenas: Orientações pedagógicas. Currículo da Cidade. Prefeitura da cidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Munanga, Kabengele: Negritude: Usos e sentidos, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.